



2º Simulado Especial

MPU

Técnico do MPU
Administração - Pós-Edital

Simulado

2º Simulado MPU (Técnico do MPU - Administração)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico do MPU - Administração do MPU**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/FxzUNe1ULhJeV98z8>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/mpXY>

MÓDULO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***1. Observe o seguinte fragmento textual:**

“Um bom filme não é exatamente aquele que, quando termina, nos deixa insatisfeitos, parados, olhando, quietos, para a tela, enquanto passam os letreiros, desejando que não cesse? Um bom livro não é aquele que, quando encerramos a leitura, permanece um pouco apoiado no colo e nos deixa absortos e distantes, pensando que não poderia terminar? Uma boa festa, um bom jogo, um bom passeio, uma boa cerimônia não é aquela que queremos que se prolongue? Com a vida de cada um e de cada uma também tem de ser assim; afinal de contas, não nascemos prontos e acabados. Ainda bem, pois estar satisfeito consigo mesmo é considerar-se terminado e constrangido ao possível da condição do momento.”

Mário Sérgio Cortella

Assinale a opção que apresenta a posição central desse pequeno texto:

- a) a ideia de uma satisfação completa e permanente é inalcançável na vida.
- b) a insatisfação constante, embora seja necessária, causa fadiga e angústia.
- c) a vida consiste em um processo contínuo de aprendizado e transformação.
- d) todos almejam um final feliz em suas vidas, assim como nos filmes e livros.
- e) muitos recorrem a filmes e livros para escapar da realidade insatisfatória.

2. Assinale a opção que mostra informações corretas sobre o gênero e o tipo textuais desse fragmento textual.

- a) Texto descritivo, de tipo jornalístico, da responsabilidade de um observador, com predominância de identificar ou localizar uma realidade qualquer.
- b) Texto descritivo, de tipo informativo, da responsabilidade de um especialista, com predominância de qualificar uma realidade qualquer.
- c) Tipo dissertativo, de caráter expositivo-informativo, da responsabilidade de uma autoridade, com predominância de expor fatos.
- d) Tipo dissertativo, de caráter argumentativo, da responsabilidade de um argumentador, com predominância de defender uma tese.
- e) Tipo narrativo, de caráter realista, da responsabilidade de um narrador, com predominância de relato de fatos em sequência cronológica.

3. Assinale a frase em que a passagem da voz ativa para a passiva com auxiliar foi feita de forma adequada.

- a) O fogo queima facilmente a madeira. / A madeira foi queimada facilmente pela madeira.
- b) Todos procuravam a verdade a ser dita. / A verdade a ser dita fora procurada por todos.
- c) O paciente corria o risco de morte durante a cirurgia. / O risco de morte era corrido pelo paciente durante a cirurgia.
- d) O povo não guardara as memórias dos tempos bons. / As memórias dos tempos bons não eram guardadas pelo povo.
- e) Não importa se a gravadora lança as músicas. / Não importa se as músicas foram lançadas pela gravadora.

4. Assinale a opção em que a relação lógica entre os segmentos da frase se encontra corretamente indicada.
- a) Antes que o trem chegasse à estação, / todos os passageiros já estavam o aguardando. – relação de tempo
 - b) Eram esses os seus hábitos; / ultimamente, porém, mudara um pouco. – relação de explicação
 - c) Era um homem como todos os outros, / a não ser aqueles sem caráter algum. – relação de conformidade
 - d) Ponham-se as sacolas no armário, / assim como se faz em casa. – relação de modo.
 - e) Correu em direção à casa do seu compadre, / a fim de levar um bolo. – relação de causa.
5. Assinale a frase abaixo que **não** exemplifica a substantivação de um adjetivo.
- a) O impossível de hoje pode ser o possível de amanhã.
 - b) Quem ao feio ama, bonito lhe parece.
 - c) O excelente sempre busca se superar.
 - d) O barato sai caro; pode acreditar nisso.
 - e) A vida só é dura para quem é mole.
6. A frase abaixo em que as duas palavras sublinhadas mostram acento gráfico devido à mesma regra, é:
- a) A ignorância é o maior inimigo do progresso de um país.
 - b) O ímpeto atua como um combustível para a alma.
 - c) O café sempre dá um pé de energia para começar o dia.
 - d) Borboletas pousaram na janela, e fui até lá para contemplá-las.
 - e) Ninguém contava o final do episódio de ontem.
7. Assinale a opção na qual o adjetivo expressa uma opinião sobre as sociedades.
- a) sociedades inglesas.
 - b) sociedades contemporâneas.
 - c) sociedades globais.
 - d) sociedades tóxicas.
 - e) sociedades digitais.
8. Assinale a frase abaixo que mostra paralelismo em sua estruturação:
- a) Comprar uma moto e alugá-la não são ações lucrativas.
 - b) Sorte no amor, azar no jogo e atraso no trânsito fazem parte da vida.
 - c) Quanto mais difícil é fechar um edital, mais altas são as remunerações;
 - d) Pelo ofício circular, recomendou-se aos Ministérios economizar energia e que elaborassem planos de redução de despesas;
 - e) No discurso de posse, mostrou determinação, não ser inseguro, inteligência e ter ambição.
9. Entre as preposições destacadas, aquela que depende sintaticamente de um termo anterior é:
- a) Li um livro de Rousseau
 - b) foi de fato comprovado
 - c) não está de todo destruída
 - d) o simples fato de alguém cometer uma falácia
 - e) o fogo é quente por meio da premissa
10. Abaixo, há tipos diversos de textos elencados; assinale a correspondência adequada:
- a) tipo informativo: livros escolares;
 - b) tipo normativo: regulamentos de condomínios;
 - c) tipo publicitário: bulas de remédios;
 - d) tipo didático: classificados;
 - e) tipo instrucional: propaganda de celular.

11. Na frase “Gil a vida toda se esforçou muito, mas seus concorrentes nem sempre fizeram isso”, o verbo fazer substitui toda uma oração.

A frase abaixo em que isso também ocorre é:

- a) A mãe pediu que ninguém saísse, mas o filho fez o contrário múltiplas vezes;
- b) Enquanto a maioria estudava apenas teoria, uns poucos faziam exercícios;
- c) Nem todos os servidores públicos fazem as mesmas coisas todos os dias;
- d) Até os bombeiros chegarem, os médicos faziam atendimentos de emergência;
- e) Enquanto o chefe cozinhava a carne, o assistente fazia as sobremesas.

12. A frase em que NÃO há nenhum termo elíptico é:

- a) Ela lê livros de ficção, mas eu, apenas de conteúdo técnico;
- b) Nem todos entendem o texto que leem;
- c) As pessoas não priorizam as mesmas coisas que você;
- d) Gil estuda tanto quanto o irmão;
- e) Vaidade demais traz grandes prejuízos para a estima.

13. Assinale a alternativa que apresente as palavras em sentido lógico:

- a) O vento dançava entre as árvores, embalando as folhas secas pelo chão.
- b) A cidade acordou sob um manto de neblina, cobrindo as ruas como um véu.
- c) O juiz tomou uma decisão fria e calculada, sem deixar espaço para emoções.
- d) O tempo é um ladrão, roubando os momentos preciosos da nossa juventude.
- e) O atleta voou pela pista e cruzou a linha de chegada em primeiro lugar.

14. O Ministério Público promove ações penais e civis, além de representar os interesses dos incapazes, atuando pela preservação de direitos em áreas, como: educação, saúde, meio ambiente, direitos dos idosos, crianças, adolescentes, pessoas portadoras de deficiência e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Para exercer o poder de um órgão fiscalizador, o Ministério Público não faz parte de nenhum dos outros três poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo). Por isso, o MP tem como princípio sua a independência e autonomia funcional e administrativa.

O Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, segundo o artigo 127 da Constituição Federal de 1988.

O texto deve ser classificado predominantemente como:

- a) publicitário, pois faz propaganda da atividade dos promotores;
- b) informativo, pois dá a conhecer fatos novos;
- c) normativo, pois indica regras constitucionais a serem seguidas;
- d) didático, pois ensina como proceder;
- e) metalinguístico, pois indica significados de palavras.

15. No estudo da argumentação, uma falácia é um raciocínio que aparenta ser válido, mas contém um erro lógico. Assinale a alternativa em que a falácia não está corretamente identificada:

- a) Falsa causa – "Desde que comecei a usar minha camisa da sorte, meu time nunca mais perdeu. Com certeza, ela é o motivo das vitórias!"
- b) Apelo à ignorância – "Ninguém conseguiu provar que fantasmas não existem, então eles devem ser reais."
- c) Generalização apressada – "Se os planetas giram ao redor do Sol como elétrons ao redor do núcleo de um átomo, então o sistema solar deve obedecer às mesmas leis da física quântica."
- d) Falso dilema – "Ou você apoia todas as decisões do governo, ou você é contra o país."
- e) Ad hominem – "Esse cientista não pode estar certo sobre o aquecimento global, pois ele já errou uma previsão no passado e não é inteligente."

16. Assinale a frase que não exemplifica a função conativa de linguagem.

- a) Amei o próximo como a mim mesmo.
- b) Trate os outros como gostaria de ser tratado.
- c) Aproveite as oportunidades antes que seja tarde.
- d) Mantenha a calma em momentos difíceis.
- e) Confiai no universo e ide além.

17. Assinale a alternativa em que não ocorre erro gramatical.

- a) Fizeram-se necessário várias adaptações no projeto original.
- b) Deve existir muitas razões para essa mudança de postura.
- c) Haviam muitas divergências no relatório final.
- d) Fazem três anos que a empresa adotou novas diretrizes.
- e) Há de haver várias discussões sobre a nova política de gestão.

18. Assinale a alternativa em que a crase foi empregada corretamente:

- a) O palestrante ficará de 10 às 14h.
- b) O professor mencionou àquele livro como um clássico da literatura.
- c) Vamos à pé para o trabalho, pois o trânsito está congestionado.
- d) O relatório foi entregue à todos os membros da diretoria.
- e) O profissional vai chegar à sala de gravação às 8h da manhã.

19. *"Diante da situação econômica atual, muitos empreendedores estão buscando alternativas inovadoras para manter seus negócios viáveis. O planejamento estratégico tornou-se essencial nesse contexto, pois a imprevisibilidade do mercado exige decisões rápidas e eficientes."*

Com base na estruturação do texto, assinale a alternativa inadequada:

- a) O uso da palavra "Diante" indica uma relação de causa entre a situação econômica e a busca por alternativas.
- b) O termo "para manter" não poderia ser substituído por "para manterem" para adequação à norma culta.
- c) A oração iniciada por "pois" expressa uma justificativa para a necessidade de planejamento estratégico.
- d) O uso do verbo "exige" no presente do indicativo está correto, pois enfatiza uma ação contínua e atual.
- e) A expressão "muitos empreendedores" funciona como sujeito simples do verbo "estão buscando".

20. A ordem no sintagma nominal é relevante para a análise da classe e do sentido de uma palavra.

Assinale a alternativa em que a mudança de ordem não altera o sentido original da expressão.

- a) Ele é um grande amigo.
- b) João tem uma nova casa.
- c) Ele é um simples professor.
- d) Trata-se de uma informação exata.
- e) A reunião foi com um pobre homem.

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

21. A empresa Poluição S/A quer instalar um novo estabelecimento em uma área que está dentro dos limites de uma Área de Relevante Interesse Ecológico instituída por decreto federal, localizada estritamente dentro dos limites de um determinado estado da federação e gerida pelo ICMBio. Acerca dessa situação e considerando que o empreendimento se enquadra nas hipóteses de exigência de licenciamento ambiental, é correto afirmar que:

- a) A empresa deverá entrar com pedido de licenciamento junto ao órgão ambiental licenciador estadual, haja vista a localização do empreendimento se restringir aos limites estaduais.
- b) A Área de Relevante Interesse Ecológico não poderia ter sido criada por decreto federal, apenas por lei.
- c) O empreendimento não pode ali ser instalado, pois a Área de Relevante Interesse Ecológico representa uma categoria de Unidade de Conservação de proteção integral, cujo objetivo principal é a preservação ambiental.
- d) A empresa deverá entrar com pedido de licenciamento junto ao IBAMA.

e) A empresa deverá entrar com pedido de licenciamento junto ao órgão ambiental municipal onde se localiza a sede da empresa.

22. O delegado Alfa acabou de tomar posse no cargo e, como primeiro caso, recebeu um possível crime ambiental praticado por uma empresa. Recordando as principais disposições trazidas pela Lei de Crimes e Infrações Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998), ele recordou, corretamente, que:

- a) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, não se aplicando esse disposto a pessoas jurídicas, pela natureza das infrações ambientais.
- b) A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido nesta Lei terá decretada sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional.
- c) A situação econômica do infrator, no caso de detenção, deve ser observada para a imposição e gradação da penalidade por crime ambiental.
- d) O fato de o agente infrator não cometer crime à noite representa uma circunstância que atenua sua pena.
- e) O fato de o agente infrator cometer crime aos sábados representa uma circunstância que agrava sua pena.

23. Um grupo de trabalho do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) realizou estudo de áreas prioritárias em termos de importância ecológica com vistas à criação de novas unidades de conservação (UCs). Nesse estudo, ficou apontado que, em diversos locais, a despeito da importância ecológica, havia presença de populações humanas não tradicionais nos locais onde as unidades de conservação deveriam ser criadas. Para evitar processos de desapropriações ou futuras desafetações, o relator do estudo decidiu que a prioridade seria a criação de UCs que permitissem certo grau de ocupação humana.

Desse modo, pode-se afirmar que uma possível categoria de unidade de conservação priorizada pelo relator foi:

- a) Estação Ecológica.
- b) Reserva Biológica.
- c) Floresta Nacional.
- d) Área de Proteção Ambiental.
- e) Reserva da Biosfera.

24. O delegado Beta acabou de tomar posse no cargo e, como primeiro caso, recebeu um possível crime ambiental praticado por uma empresa. Recordando as principais disposições trazidas pela Lei de Crimes e Infrações Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998), ele recordou, corretamente, que:

- a) As pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas administrativa e civilmente, mas não penalmente.
- b) A responsabilidade penal das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, quanto ao mesmo fato.
- c) Pode ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
- d) A Lei não tipifica condutas omissivas, apenas comissivas.
- e) A prestação de serviços à comunidade consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social, de importância,

fixada pelo juiz, não inferior a um salário-mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários-mínimos.

25. André, Analista do MPU, é consultado por um colega sobre a destinação correta a ser dada para papel, pilhas, baterias e produtos eletroeletrônicos gerados nos edifícios do órgão. Muito atento à legislação ambiental pertinente, André respondeu corretamente que:

- a) Todos os materiais citados estão sujeitos à logística reversa prevista no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- b) As pilhas, baterias e os produtos eletroeletrônicos submetem-se à logística reversa prevista no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, enquanto o papel, caso gerado, deve ter seu uso reduzido, devendo, sequencialmente, ser reciclado e reutilizado, nessa ordem.
- c) As pilhas e baterias submetem-se à logística reversa prevista no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, enquanto o papel e os produtos eletroeletrônicos devem ser encaminhados para a disposição final ambientalmente adequada.
- d) As pilhas, baterias e o papel submetem-se à logística reversa prevista no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, enquanto os produtos eletroeletrônicos devem ser encaminhados para a disposição final ambientalmente adequada.
- e) As pilhas, baterias e os produtos eletroeletrônicos submetem-se à logística reversa prevista no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, enquanto o papel, caso gerado, deve ter seu uso reduzido, devendo, sequencialmente, ser reutilizado e reciclado, nessa ordem.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

Géssica Ehle

26. A reforma do Poder Judiciário ocorrida por meio do advento da Emenda Constitucional n. 45/2004, trouxe significativos impactos ao procedimento de internalização de Tratados de Direitos Humanos. Diante da previsão de um procedimento especial, desde seu quórum até o número de turnos para sua aprovação, após amplo debate jurisprudencial restou decidido que todos os Tratados de Direitos Humanos aprovados antes da referida Emenda:

- a) terão status imutável de norma supralegal
- b) poderão ser reapreciados em procedimento especial para que atinjam status de norma constitucional
- c) atingem status de norma supraconstitucional haja vista a inexistência de procedimento especial até o advento da Emenda
- d) têm status supralegal e dependerão de nova apreciação para que produzam seus efeitos
- e) restam equiparados às leis ordinárias, tal como os demais tratados que não dispõem sobre Direitos Humanos

27. A Declaração Universal dos Direitos Humanos dispõe que todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. Nesse sentido, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos

- a) é instrumento que declara direitos humanos àqueles que são nacionais dos Estados-membros da ONU
- b) desconsidera o conteúdo da Carta das Nações Unidas, inovando ao promover a sua fé nos direitos fundamentais do ser humano, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher

c) é instrumento tratado como marco jurídico da terceira geração dos direitos humanos, considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão

d) Foi proclamada em Assembleia Geral tendo servindo como ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações por meio de medidas a serem aplicadas de imediato por cada Estado, tão logo promova sua assinatura

e) Considera ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações, fornecendo, para tanto, planejamento para que se construa linha de represália frente aos eventuais arranjos de novos conflitos bélicos

28. Estado Americano prevê a pena de trabalhos forçados a ser aplicada conjuntamente à pena privativa de liberdade. Caio foi condenado a tal cumprimento. Nos termos da Convenção Americana de Direitos Humanos, é correto afirmar que

a) Caio poderá ter de cumprir trabalhos forçados ainda que esses impeçam o cumprimento da pena privativa de liberdade

b) que a pena de trabalhos forçados restou abolida a partir do Pacto de San José da Costa Rica, de modo que o recluso tem direito à impetração de um *habeas corpus*.

c) que Caio deverá seguir as ordens das autoridades responsáveis pela execução de sua pena, que poderão impor, dentre outros, o cumprimento de trabalhos forçados como aqueles aplicáveis diante de calamidade que ameace a existência ou o bem-estar da comunidade.

d) que Caio atente para quais trabalhos lhe estejam sendo impostos, lembrando-o de que trabalho ou serviço que faça parte das obrigações cívicas normais não constituem trabalhos forçados.

e) Caio poderá desempenhar trabalhos forçados quando for convocado para o serviço militar, hipótese em que não haverá nenhuma ilegalidade

29. A Agenda 2030 da ONU é um plano global que busca promover um mundo melhor para todos os povos e nações. A Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York, em setembro de 2015, com a participação de 193 estados membros, estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com a Agenda 2030 da ONU, são objetivos de desenvolvimento sustentável:

- a) Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles de modo que, até 2030, progressivamente se alcance e sustente o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional.
- b) Assegurar padrões de produção e de consumo condizentes com as possibilidades econômicas de cada Estado.
- c) Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas nos níveis mais baixos.
- d) Quando busca promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, apresenta como meta erradicar todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares.
- e) Tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, suprimindo os assentamentos humanos.

30. A prática de homofobia e transfobia é vivenciada diuturnamente aos dias atuais, de modo que seu enfrentamento tem gerado importantes discussões em âmbito legislativo e judicial. Em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisão significativa em relação à criminalização da homofobia. A referida jurisprudência,

- a) dispõe que apenas discursos de ódio explícitos contra pessoas LGBTQIAN+ podem ser considerados crime de racismo.
- b) trata da desconsideração da homofobia como uma forma de discriminação passível de punição legal.
- c) afere que há lacuna normativa e notória inconstitucionalidade por omissão, que carecerá de efetivo enfrentamento até que o tema seja enfrentado pelo Congresso Nacional.
- d) promove o enquadramento das práticas de homofobia e transfobia ao crime de racismo, prevendo a aplicabilidade da Lei nº 7.716/1989 diante de discursos de ódio proferidos em face da identidade de gênero ou orientação sexual de um indivíduo.
- e) conceitua nova espécie de racismo, tratando-se do racismo antidiscriminatório, que tutela interesses e direitos de pessoas transsexuais que tenham passado por procedimentos para mudança de sexo.

MÓDULO II**LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL***Emerson Douglas*

31. A lei federal 13.316/2016 dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União (MPU) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Sobre essa norma, marque a alternativa correta.

- a) Cada ramo do MPU tem seu próprio quadro de pessoal. Os quadros efetivos do MPU são compostos pelas carreiras constituídas pelos cargos de Analista e Técnico do MPU, ambos de nível superior.
- b) A carreira de Auxiliar será extinta do Ministério Público da União, salvo no Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT).
- c) O MPU destinará, no máximo, 50% dos cargos em comissão aos integrantes das suas carreiras efetivas, em cada ramo, observados os requisitos regulamentares de qualificação e de experiência.
- d) O subprocurador-geral da República Martin Luther King convidou seu primo Malcom X para lhe assessorar no gabinete. Mas esse provimento é vedado pela lei 13.316/2016.
- e) O MPU deverá incluir, como etapa do concurso público, programa de formação de caráter eliminatório ou eliminatório e classificatório, bem como exame psicotécnico de caráter eliminatório, na forma do regulamento e do edital.

32. Analise esta questão tendo como referência as Portarias PGR/MPU 98/2017 e PGR/MPU 247/2023, que tratam, respectivamente, de Ética e de Integridade no âmbito do Ministério Público da União (MPU). Em seguida, marque a única assertiva correta.

- a) O Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União e de sua Escola Superior somente se aplica aos membros do MPU.
- b) Esse Código tem por objetivo tornar claras e

implícitas as normas de ética e de conduta que regem os colaboradores do Ministério Público da União.

- c) A Portaria PGR 98/2017 veda, com exceção dos membros, a adoção de postura hostil, ofensiva e de se praticar qualquer tipo de assédio ou desqualificar os demais profissionais.
- d) Já a Portaria PGR 247/2023 define a existência dos “agentes de integridade”, que são somente os membros que atuam exclusivamente na promoção do Plano e do Programa de Integridade do MPU.
- e) Entre os elementos fundamentais que devem nortear o Programa de Integridade do MPU estão governança pública, meritocracia, tempestividade, vedação ao nepotismo e sustentabilidade.

33. Sobre os princípios, garantias e prerrogativas do Ministério Público da União (MPU), nos termos da Lei Complementar 75/1993 (LC 75) e da Constituição Federal, crave a única alternativa correta.

- a) São princípios institucionais do Ministério Público da União a unidade, a inamovibilidade e a independência funcional.
- b) Os membros do MPU somente gozarão da garantia da vitaliciedade após três anos de efetivo exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- c) Entre as prerrogativas institucionais dos membros do MPU está o porte de arma, mediante a autorização do Departamento de Polícia Federal.
- d) O Procurador-Geral da República (PGR) tem a prerrogativa de ser processado e julgado, nos crimes comuns, pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- e) Um membro do MPU que officie perante juízos de 1ª instância será processado e julgado, nos crimes comuns e de responsabilidade, pelos Tribunais Regionais Federais, ressalvada a competência do TSE.

34. Acerca da organização e das competências do MPU e do Ministério Público Federal (MPF), analise cada assertiva e marque a correta nos termos da Lei Complementar 75, de 1993 (LC 75).

- a) O Conselho de Assessoramento Superior determinará aos Conselhos Superiores dos diferentes ramos do MPU medidas para uniformizar os atos decorrentes de seu poder normativo.
- b) As funções do MPU só podem ser exercidas por integrantes da respectiva carreira, salvo pelo princípio da indivisibilidade, que autoriza, excepcionalmente, a membros do MPF e do MPDFT se substituírem.
- c) O MPF exercerá as suas funções nas causas de competência do STF, do STJ, dos seis Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais, e dos Tribunais e Juízes Eleitorais.
- d) O Conselho Superior do MPF é formado, obrigatoriamente, por dez subprocuradores-gerais da República, escolhidos de modos distintos.
- e) A Corregedoria do Ministério Público Federal, dirigida pelo Corregedor-Geral, é o órgão fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros e dos servidores do MPF.

35. No que concerne às funções eleitorais a serem desempenhadas por membros do Ministério Público, marque a única alternativa certa de acordo com o que preconiza a LC 75/1993.

- a) A filiação a um partido político impede o exercício de funções eleitorais por membro do Ministério Público até três anos após o seu cancelamento.
- b) O Promotor Eleitoral será o membro do Ministério Público local que officie junto ao Juízo incumbido do serviço eleitoral de cada Zona.
- c) Em todas as capitais, o Procurador Regional Eleitoral será designado, pelo Procurador-Geral Eleitoral, dentre os Procuradores Regionais da República no Estado e no Distrito Federal (DF).
- d) Incumbe ao Procurador-Geral Eleitoral dirimir conflitos de atribuições, além de designar o

Procurador Regional Eleitoral em cada Estado, salvo no DF, onde essa incumbência será do chefe do MPDFT.

- e) O Procurador-Geral Eleitoral (PGE) pode ser o próprio Procurador-Geral da República (PGR). Caso o PGR não aceite esse encargo, deverá designar, dentre os Subprocuradores-Gerais da República, aquele que será o novo PGE.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

36. Um Assistente Administrativo de um determinado Ministério Público recebeu instrução de seu superior para executar suas atribuições com o maior rendimento possível, com o objetivo de alcançar os melhores resultados.

Ao fornecer essa orientação, o superior do Assistente está aplicando o princípio administrativo previsto na Constituição referente à:

- a) moralidade.
- b) legalidade.
- c) efetividade.
- d) eficiência.
- e) proporcionalidade.

37. Quando há previsão legal que expressamente autorize sua atuação, a administração pública pode executar diretamente seus atos administrativos, incluindo o uso da força, se necessário, sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário.

Esse atributo do ato administrativo corresponde à:

- a) coercibilidade.
- b) imperatividade.
- c) autoexecutoriedade.
- d) presunção de legitimidade.
- e) tipicidade.

38. Quando a administração pública avoca atribuições que não sejam de competência exclusiva do órgão subordinado, transfere competências que não lhe sejam privativas e impõe restrições que condicionam ou limitam o exercício de direitos individuais para assegurar o interesse público, ela exerce, respectivamente, os poderes:

- a) hierárquico, de polícia e de polícia.
- b) hierárquico, hierárquico e de polícia.
- c) de polícia, hierárquico e de polícia.
- d) hierárquico, hierárquico e hierárquico.
- e) de polícia, de polícia e de polícia.

39. Acerca da organização administrativa e da administração direta e indireta, analise as seguintes afirmativas:

- I. Apenas por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação pública.
- II. Os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica própria e podem fazer parte tanto da estrutura da administração direta quanto da administração indireta.
- III. A desconcentração ocorre quando o Estado executa algumas de suas funções por meio de outras pessoas, e não por sua administração direta.
- IV. A distribuição de competências entre órgãos internos dentro de uma mesma pessoa jurídica é denominada descentralização.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas os itens I e III estão corretos.
- c) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

40. Se um órgão público precisar adquirir equipamentos de informática por meio de inexigibilidade de licitação, o processo de

contratação deverá ser obrigatoriamente instruído, entre outros documentos, com:

- a) documento que comprove a ausência de condenação do fornecedor por qualquer infração.
- b) levantamento de mercado que analise o valor apresentado.
- c) justificativa para a seleção do contratado.
- d) certificado de conformidade.
- e) comprovação de que o fornecedor já tenha sido vencedor em licitação promovida pelo órgão contratante.

41. Com base na Lei nº 9.784/1999, que regulamenta o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, assinale a alternativa correta, considerando, quando aplicável, o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

- a) A competência administrativa é irrenunciável, mas pode ser delegada, inclusive para a edição de atos normativos e a decisão de recursos administrativos.
- b) A Lei n.º 9.784/1999, particularmente no que se refere ao prazo decadencial para a revisão de atos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal, pode ser utilizada de forma subsidiária pelos estados e municípios, caso não exista legislação específica local que discipline o tema.
- c) No processo administrativo, o administrado deve ser representado por advogado ou, caso não tenha condições financeiras para custear o serviço, por defensor público.
- d) O ato administrativo deve apresentar motivação explícita, clara e congruente, não podendo se restringir a uma declaração de concordância com fundamentos de pareceres, informações, decisões ou propostas anteriores.
- e) Diferentemente do que ocorre no processo judicial, a autoridade administrativa pode deixar de decidir o processo administrativo, pois a vedação ao *non liquet* não se aplica nesse contexto.

42. Considere que um cidadão tenha tido sua residência danificada durante a realização de obras em via pública, executadas por uma empresa concessionária de serviços públicos de saneamento para reparos na rede coletora de esgoto.

A responsabilidade da concessionária pelos prejuízos sofridos pelo cidadão:

- a) é de natureza objetiva, exigindo a comprovação do nexo de causalidade entre a conduta do agente e o dano, além da inexistência de excludentes de responsabilização.
- b) não possui amparo legal, tendo em vista que se tratou de evento de força-maior, inevitável e imprevisível.
- c) é de natureza subsidiária, sendo necessário o prévio acionamento do poder público, na condição de poder concedente dos serviços.
- d) é solidária à do poder concedente, ambas de natureza subjetiva, dependendo da comprovação de culpa nos termos do Direito Civil.
- e) exige a responsabilização prévia do agente causador do dano, podendo a concessionária ser diretamente responsabilizada caso seja comprovada falha na fiscalização.

43. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nº 13.709/2018, assinale a alternativa correta:

- a) No regime da LGPD, dados anonimizados deixam de ser considerados dados pessoais para fins de proteção legal, desde que o processo de anonimização não possa ser revertido.
- b) A LGPD estabelece normas para a proteção dos titulares de dados contra danos patrimoniais causados por controladores e operadores de dados, mas não prevê responsabilidade por danos morais, os quais devem ser tratados com base na legislação civil.
- c) Quando o tratamento de dados for realizado com o consentimento do titular, este tem o direito de obter uma cópia eletrônica integral dos dados,

situação na qual não se aplica a reserva de sigilo comercial.

- d) Caso um pesquisador vinculado a um órgão de pesquisa realize o tratamento de dados pessoais exclusivamente para fins acadêmicos, sem finalidade econômica, o consentimento do titular pode não ser obrigatório.
- e) A LGPD veda, em qualquer circunstância, a transferência internacional de dados pessoais.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

44. Ciente de que sua propriedade não está cumprindo uma função social, Caio procura um advogado para saber se existe alguma possibilidade jurídica de vir a perdê-la. De acordo com o disposto no sistema jurídico-constitucional vigente no Brasil, assinale a opção que apresenta a resposta correta:

- a) O direito de propriedade de Caio está cabalmente garantido, já que a desapropriação é instituto cabível somente nos casos de cultura ilegal de plantas psicotrópicas.
- b) A propriedade que não cumpre sua função social, portanto, será objeto de expropriação, sem qualquer indenização a Caio que deu azo a tal descumprimento.
- c) O direito de Caio a manter suas terras deverá ser respeitado, tendo em vista que tem título jurídico reconhecidamente hábil para caracterizar o seu direito adquirido.
- d) Não poderá ser feita a desapropriação, uma vez que somente é cabível a aplicação desse instituto nos casos de exploração de trabalho escravo.
- e) A propriedade, por interesse social, poderá vir a ser objeto de desapropriação sanção, devendo ser, no entanto, respeitado o direito de Caio à indenização.

45. Carlos, após regular processo judicial, foi condenado em sentença penal transitada em julgado à pena privativa de liberdade de dois anos. No mesmo período, ele planejava ingressar com uma ação popular contra um contrato irregular firmado pelo governador do estado Beta, que, segundo ele, causava prejuízo ao erário. Diante dessa situação, consultou seu advogado para saber se poderia ajuizar a demanda.

Foi corretamente esclarecido a Carlos que:

- a) a condenação penal transitada em julgado acarreta a suspensão de seus direitos políticos, impedindo-o de propor a ação popular;
- b) por não ter sido condenado à perda da nacionalidade brasileira, ele mantém o direito de ajuizar a ação popular;
- c) a suspensão dos direitos políticos não impede o ajuizamento da ação popular, pois esta visa à tutela do interesse coletivo;
- d) apenas a condenação superior a quatro anos impede o ajuizamento da ação popular, pois nesse caso há cassação automática da cidadania;
- e) mesmo com a condenação penal, Carlos mantém sua plena capacidade jurídica para ingressar com a ação popular.

46. Um município, preocupado com o aumento do comércio de eletrônicos importados, edita lei proibindo a venda de dispositivos eletrônicos fabricados no exterior sem certificação municipal de qualidade. Considerando as regras constitucionais sobre repartição de competências, essa lei municipal é:

- a) inconstitucional, pois trata de matéria de competência privativa da União.
- b) constitucional, pois compete ao município legislar sobre assuntos de interesse local.
- c) constitucional, pois a Constituição prevê competência concorrente entre União, Estados e Municípios para legislar sobre comércio exterior.

d) inconstitucional, pois somente os Estados possuem competência legislativa para regular o comércio de bens importados.

e) constitucional, desde que haja lei complementar federal autorizando os municípios a regulamentar a comercialização de produtos importados.

47. O Presidente da República editou um decreto que, além de alterar a denominação de órgãos administrativos do Governo Federal, também extinguiu cargos vagos e transferiu alguns deles para outros ministérios, com base em sua discricionariedade administrativa. Considerando as normas constitucionais, a medida praticada pelo Presidente da República:

a) é inconstitucional, pois a extinção e criação de cargos públicos são matérias reservadas à lei, e o Presidente da República não pode regulamentá-las por decreto.

b) é regular, pois se insere nas atribuições do Presidente da República, que pode editar decretos relativos à organização da administração pública, desde que não envolvam aumento de despesas.

c) é inconstitucional, pois o Presidente da República não pode transferir e extinguir cargos por decreto, uma vez que tal ato depende de autorização do Congresso Nacional.

d) é válida, pois o Presidente da República tem competência para editar decretos autônomos sobre matérias administrativas, incluindo a criação e extinção de cargos.

e) é válida, mas apenas se previamente houver autorização legislativa específica para a transferência e extinção de cargos.

48. João, magistrado em atuação no primeiro grau de jurisdição no território do Estado Alfa, e Maria, magistrada em atuação no primeiro grau de jurisdição no território do Estado Beta, pretendiam realizar uma permuta.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República, é correto afirmar, em relação à situação de João e Maria, que a permuta:

- a) somente é possível se forem magistrados de segundo grau de jurisdição, dentro do mesmo segmento de justiça;
- b) não é admitida, considerando que são magistrados em atuação no território de estados autônomos entre si;
- c) é possível entre magistrados do mesmo grau de jurisdição, qualquer que seja o segmento da justiça de um ou outro;
- d) somente é possível se forem magistrados de primeiro grau de jurisdição e de igual entrância, dentro do mesmo segmento de justiça;
- e) somente é possível se forem magistrados de primeiro grau de jurisdição e de igual entrância, ou de segundo grau, dentro do mesmo segmento de justiça.

49. Frederico e Armando estavam insatisfeitos com a atuação de determinado membro do Ministério Público, lotado há muitos anos na Comarca, que frequentemente se contrapunha aos interesses prestigiados pelas oligarquias locais. Procuraram, portanto, um influente político do Estado e solicitaram que o referido Promotor de Justiça fosse removido, sob o argumento de que sua atuação era prejudicial ao interesse público. À luz da sistemática constitucional e dos dados informados, esse membro do Ministério Público:

- a) pode ser removido, por decisão do colegiado competente do Ministério Público, se presentes os requisitos constitucionais;
- b) não pode ser removido em nenhuma hipótese, o que decorre da garantia da inamovibilidade;

c) pode ser livremente removido, o que decorre do princípio hierárquico, que caracteriza a Administração Pública;

d) somente pode ser removido por decisão do Poder Judiciário, o que decorre da inafastabilidade da tutela jurisdicional;

e) somente pode ser removido por decisão do Procurador-Geral de Justiça, que chefia a instituição.

50. João, brasileiro nato, maior de idade, analfabeto, nunca se alistou como eleitor e formulou um requerimento à Secretaria de Saúde do município Beta, solicitando a ampliação do atendimento médico gratuito na região onde reside. O pedido, entretanto, foi negado sob o argumento de que João não é cidadão e que a Lei Municipal nº Y exige o pagamento de uma taxa administrativa para a análise de solicitações individuais.

À luz da Constituição da República, a negativa da Secretaria de Saúde foi:

- a) correta, pois a ausência de alistamento eleitoral impede que João exerça plenamente seus direitos políticos e administrativos.
- b) correta, pois a cobrança da taxa administrativa é constitucional e aplicável a todos os requerimentos individuais à administração pública.
- c) errada, pois João, mesmo sem ser eleitor, pode exercer direitos fundamentais, os quais são garantidos aos brasileiros e estrangeiros, não podendo ser exigido o pagamento da taxa para peticionar ao poder público.
- d) correta, pois apenas os cidadãos em pleno gozo dos direitos políticos podem peticionar às autoridades públicas.
- e) errada, pois João deveria ter sido previamente notificado para regularizar sua situação eleitoral antes de ter seu pedido negado.

51. O artigo 201 da Constituição Federal prevê que a previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Em relação ao tema, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios, sem exceções.
- b) O benefício que substitua o rendimento do trabalho do segurado poderá ter valor mensal inferior ao salário mínimo.
- c) É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar -lhes, em caráter permanente, o valor real, no mesmo índice e periodicidade que o salário mínimo.
- d) A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de julho de cada ano.
- e) É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

Ricardo Torques

52. Carlos foi recentemente nomeado Procurador da República na cidade X. Ao chegar em seu novo local de trabalho, após conversa com a equipe de assessores, decidiu separar alguns processos tidos como prioritários em virtude de sua importância social para despachá-los diretamente com os magistrados respectivos. Ao chegar na secretaria de uma das varas, foi informado que no local seguiam estritamente a ordem de conclusão dos feitos, e que não haveria prioridades. Ao receber tal informação, Carlos corretamente afirmou que determinados processos estariam excluídos da regra da ordem preferencial de conclusão. Dentre

as alternativas abaixo, assinale aquela que não contempla uma dessas exceções:

- a) os processos criminais, nos órgãos jurisdicionais que tenham competência penal.
- b) o julgamento de embargos de declaração.
- c) sentença de improcedência liminar do pedido.
- d) julgamento de embargos à execução.
- e) indeferimento de petição inicial.

53. Em processo ajuizado pelo Ministério Público Federal, os requeridos A, pessoa física, e B, pessoa jurídica, pleitearam pelos benefícios da gratuidade de justiça. Devidamente intimado para réplica, o Procurador da República responsável pelo caso pretende questionar os referidos pedidos. Considerando as disposições do Código de Processo Civil acerca da gratuidade de justiça, assinale a alternativa correta.

- a) A pessoa jurídica não poderá pleitear a gratuidade, uma vez que o benefício é restrito às pessoas físicas.
- b) Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural ou jurídica.
- c) A assistência dos réus por advogados particulares impede a concessão de gratuidade da justiça.
- d) A gratuidade não pode consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.
- e) O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos.

54. Em determinado processo cível, restou constatado que o réu, pessoa física, provocou incidente manifestamente infundado. Diante disso, o Ministério Público, na condição de fiscal da ordem jurídica, pleiteou pelo reconhecimento da litigância de má-fé. No caso concreto, caso o juízo acolha o pedido do Ministério Público condenará o litigante de má-fé ao pagamento de multa:

- a) Que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa.
- b) Que deverá ser superior a um por cento e inferior a vinte por cento do valor corrigido da causa.
- c) Que deverá ser superior a cinco por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa.
- d) Que deverá ser superior a três por cento e inferior a vinte por cento do valor corrigido da causa.
- e) Que deverá ser superior a três por cento e inferior a cinco por cento do valor corrigido da causa.

55. Paulo, 15 anos, devidamente representado, ajuizou ação de responsabilidade civil em desfavor do Instituto Federal X, autarquia federal, em virtude de acidente ocorrido durante aula do curso técnico de mecânica. Apresentada a contestação e a réplica, o Ministério Público foi intimado para intervir no feito. Na situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) Considerando que o menor está devidamente representado, é desnecessária a intervenção do Ministério Público.
- b) Por se tratar de uma autarquia federal, não há contagem de prazo em dobro para o Instituto Federal X.
- c) A incompetência relativa pode ser alegada pelo Ministério Público.
- d) Não havia necessidade de que Paulo estivesse representado para ajuizar ação.
- e) Caso os interesses do incapaz colidam com o de seu representante, o Ministério Público deverá exercer a curatela especial.

56. Nos termos do que dispõe a lei 10.259/2001, compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de

- a) 40 (quarenta) salários-mínimos.
- b) 60 (sessenta) salários-mínimos.
- c) 20 (vinte) salários-mínimos.
- d) 30 (trinta) salários-mínimos.
- e) 50 (cinquenta) salários-mínimos.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Priscila Silveira

57. Marcos foi acusado em um processo penal no qual lhe foi atribuído o cometimento de uma ação típica prevista em uma legislação temporária. Considerando que o prazo de validade da referida lei já cessou, assinale a alternativa correta de acordo com o que está estabelecido no Código Penal.

- a) A conduta deixa de ser punível, exceto se houve danos causados a terceiros.
- b) A pena permanece aplicável, porém, de maneira atenuada.
- c) A nova legislação impõe a exclusão da imputabilidade.
- d) A conduta praticada é fulminada pela prescrição.
- e) A conduta permanece punível.

58. Mirtes, legalmente proprietária de vários tipos de armas, prestou auxílio material a Daniel, de 17 anos, para que este matasse Bruno, o seu desafeto. No caso em questão, tendo em vista a consumação do delito, Mirtes responderá:

- a) como coautora do crime de homicídio devido ao auxílio material prestado.
- b) na modalidade de participação em homicídio consumado, pois houve a prática de fato típico e ilícito por agente culpável.
- c) na modalidade de participação em homicídio consumado, pois houve a prática de fato típico e ilícito, independentemente dessa imputação de ser ou não culpável o agente.
- d) na modalidade de coautoria, pois, embora não tenha participado da ação delituosa, Mirtes agiu dolosamente para a produção do resultado.
- e) Mirtes não responde por nenhum crime, pois possuía as armas de forma legal e não sabia da intenção de Daniel.

59. Em relação a extinção da punibilidade, marque a correta:

- a) Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
- b) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, podendo, em situações excepcionais, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.
- c) Em relação à prescrição das penas restritivas de direito, aplica-se os mesmos prazos previstos para as penas privativas de liberdade.
- d) São reduzidos em um terço os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos.
- e) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 1 ano, quando a multa for a única cominada ou aplicada.

60. Referente aos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) Todos os crimes contra a Administração Pública só podem ser praticados por funcionários públicos.
- b) Pratica o crime de peculato próprio o funcionário público que, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.
- c) A reparação do dano no peculato culposo antes da sentença condenatória gera a redução da pena.
- d) A concussão ocorre quando o agente público solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- e) O crime de concussão é formal.

61. Aquele que pratica a conduta de “solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função” comete crime de:

- a) advocacia administrativa.
- b) corrupção passiva.
- c) tráfico de influência.
- d) prevaricação.
- e) corrupção ativa.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*Stefan Fantini*

62. O processo organizacional é composto por quatro Funções Administrativas, função planejamento, organização, direção e controle. Pode-se dizer que a função planejamento envolve, dentre outras, a seguinte ação:

- a) Dividir o trabalho e atribuir as responsabilidades.
- b) Estabelecer os objetivos e definir os meios (traçar as estratégias) para alcançá-los.
- c) Estabelecer os meios e recursos necessários para alcançar o objetivo proposto pelo planejamento.
- d) Conduzir os trabalhos para que seja colocado em prática tudo aquilo que foi organizado e planejado.
- e) Monitorar as atividades e fazer as correções necessárias.

63. João das Neves é Gerente de Comunicação de determinada Entidade Pública. A sua principal atribuição é divulgar para a sociedade os projetos e resultados alcançados pela Entidade. Mario Bros, por sua vez, também é funcionário dessa mesma Entidade Pública e tem como principal atribuição compartilhar informações relevantes com outros membros da Entidade.

Tendo em vista os papéis desempenhados pelo administrador, pode-se afirmar que João das Neves e Mario Bros desempenham, essencialmente, papéis:

- a) informacionais, de disseminador e porta-voz, respectivamente.
- b) interpessoais, de porta-voz e disseminador, respectivamente.
- c) interpessoais, de disseminador e porta-voz, respectivamente.
- d) informacionais, de porta-voz e disseminador, respectivamente.
- e) interpessoais, de porta-voz e monitor, respectivamente.

64. O planejamento estratégico

- a) é realizado pelo nível intermediário da organização.
- b) é orientado para o médio prazo.
- c) tem foco em tarefas rotineiras.
- d) envolve a organização como um todo.
- e) envolve uma determinada unidade da organização.

65. A empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY realizou uma análise SWOT e identificou que 70% de suas unidades contam com quadro de pessoal desqualificado, carente de capacitação, bem como com equipamentos ultrapassados, que não mais acompanham as tendências e tecnologias do mercado. Além disso, a referida empresa identificou que um grande concorrente direto do mercado foi a falência.

Nessa situação, de acordo com a análise SWOT, é correto afirmar que a empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY identificou, respectivamente

- a) oportunidades de treinamento a serem aproveitadas pela empresa e forças no ambiente externo.
- b) ameaças ao alcance de seus objetivos e oportunidades a serem aproveitadas.
- c) forças de outras organizações perante a empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY e oportunidades ambientais.
- d) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e oportunidades no ambiente externo.
- e) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e forças no ambiente externo.

66. A organização subdividida em departamentos de marketing, finanças, recursos humanos e produção adota o critério de departamentalização

- a) por processos
- b) por clientes
- c) geográfica
- d) matricial
- e) funcional

67. Para a Teoria de Estilos de Liderança conhecida como “Os Três de White e Lippitt, existem três diferentes estilos de liderança. O estilo de liderança em que o líder centraliza toda a tomada de decisões, é dominador, impõe suas ordens e não há qualquer tipo de delegação aos liderados é conhecido como

- a) Liderança Democrática
- b) Liderança Cesarista
- c) Liderança Pactuada
- d) Liderança Liberal
- e) Liderança Autocrática

68. Conforme a teoria de Maslow, após terem sido satisfeitas as necessidades primárias, a próxima necessidade a ser satisfeita é a necessidade

- a) fisiológica
- b) de segurança
- c) social
- d) de estima
- e) de autorrealização

69. Suponha que o Ministério Público da União tenha analisado, em 2020, 1.000 processos, com um dispêndio total de 1.000.000 reais e, em 2021, tenha analisado 1.200 processos, com um dispêndio total de 1.200.000 reais.

Pode-se dizer que, de 2020 para 2021, o Ministério Público da União foi:

- a) mais eficiente
- b) menos eficiente
- c) menos eficaz
- d) mais eficaz
- e) igualmente eficaz

ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS

Ricardo Campanário

70. As entradas e saídas de um item dentro de um sistema de estoque podem ser representadas por um gráfico chamado:

- a) Curva ABC
- b) Gráfico de Pareto
- c) Dente de Serra
- d) Análise SWOT
- e) Curva Normal

71. O principal objetivo da gestão de estoques é:

- a) melhorar o relacionamento com os fornecedores.
- b) otimizar o investimento em estoque, aumentando o uso eficiente dos meios internos da empresa, minimizando o capital investido em estoque.
- c) permitir a prática da logística sustentável.
- d) calcular e analisar o giro dos estoques de todos os itens
- e) colocar o produto acabado no ponto de venda dos clientes e entregar as matérias-primas na fábrica

72. A alternativa que apresenta um dos objetivos básicos de um departamento de compras é:

- a) controlar os estoques em termos de quantidade e valor, fornecendo informações sobre a posição do estoque.
- b) obter um fluxo contínuo de suprimentos a fim de atender aos programas de produção.
- c) prever o consumo ou demanda estabelecendo estimativas futuras dos produtos.
- d) Criar centros de distribuição próximos dos clientes finais.
- e) Otimizar a utilização da frota por meio de rotas inteligentes.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Luciana Marinho

73. No que se refere às regras estabelecidas na Lei nº 4.320/1964, tem-se que

- a) A abertura dos créditos especiais e extraordinários depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa
- b) Constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias.
- c) Jamais poderão ser consignadas dotações a unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão.
- d) Para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a um ano.
- e) É possível admitir emendas ao projeto de Lei de Orçamento que vise conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes

74. Em relação à receita pública, a Lei 4.320/64 afirma que a receita, cuja arrecadação se origina de concessões e permissões de serviços de transporte, é considerada como:

- a) receitas de transferências.
- b) receitas de serviços.
- c) receitas de operações de créditos.
- d) receitas patrimoniais.
- e) outras receitas correntes.

75. Segundo a Lei 4.320/64, o estágio de execução da receita que identifica o sujeito passivo da obrigação tributária e ocorrência do fato gerador é:

- a) Arrecadação
- b) Empenho
- c) Lançamento
- d) Liquidação
- e) Previsão.

76. A Lei Complementar nº 101/2000 “Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal...”. Com base no artigo 2º desta legislação,

- a) Empresa controlada é a que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- b) Receita corrente líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos, nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional.
- c) A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos doze anteriores, excluídas as duplicidades.
- d) empresa estatal dependente é a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.
- e) Para os efeitos dessa lei complementar, antes da Federação são apenas: a União, os Estados e os Municípios.

77. Entre os elementos que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve dispor, conforme a Lei Complementar nº 101/2000, não se inclui:

- a) Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos
- b) Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas
- c) Critérios e forma de limitação de empenho
- d) Equilíbrio entre receitas e despesas
- e) **Medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.**

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

78. As opções a seguir descrevem espécies de receitas classificadas como “Outras Receitas Correntes”, à **exceção de uma**. Assinale-a:

- a) Multas Administrativas
- b) Indenizações, Restituições e Ressarcimentos
- c) Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital
- d) Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público
- e) Transferências de Outras Instituições Públicas

79. Acerca das etapas da receita orçamentária, analise as assertivas a seguir:

I - A fixação das despesas é a etapa que antecede à previsão do montante de receitas que irão constar nas leis de orçamento, além de ser base para se estimar as necessidades de financiamento do governo.

II - No momento da classificação da receita, dependendo da sistematização dos processos dos estágios da arrecadação e do recolhimento, deverão ser compatibilizadas as arrecadações classificadas com o recolhimento efetivado.

III – A arrecadação da receita corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.

Está(ão) correta(s):

- a) I, apenas
- b) II e III, apenas
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas
- e) I, II e III.

80. A identificação, nas leis orçamentárias, das funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais, em conjunto com a classificação do crédito orçamentário por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, atende

- a) ao Princípio da Universalidade
- b) Princípio da Legalidade
- c) Princípio da Especificação
- d) Princípio da Transparência
- e) Princípio da Publicidade

Discursiva

Entenda o que é deep fake e saiba como se proteger

Vídeos que viralizam nas redes sociais mostrando figuras públicas em situações quase inacreditáveis como, por exemplo, o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky anunciando total rendição às tropas da Rússia. Será verdade? Afinal de contas parece tão real... A resposta é não, pois trata-se de uma "deep fake", "falsificação profunda" que, como a tradução indica, é tão bem feita que pode enganar até os mais atentos.

O que muita gente não sabe, porém, é que esse tipo de golpe, além de manipular vídeos com celebridades e políticos famosos, também prejudica empresas e cidadãos comuns, que podem ser envolvidas em [fraudes de identidade](#) e extorsões.

Segundo estudo da empresa de segurança Kaspersky, 65% dos brasileiros ignoram a sua existência e 71% não reconhecem quando um vídeo foi editado digitalmente usando essa técnica.

"Deep fake pode ser definido como a criação de vídeos e áudios falsos por meio de inteligência artificial", explica Guilherme Bacellar, especialista de segurança cibernética e fraude da [Unico](#).

A prática costuma utilizar um vídeo de referência e a face (ou corpo) de outra pessoa, que não fazia parte do vídeo original. "É possível ainda criar áudios falsos fazendo a inteligência artificial aprender como uma pessoa fala e, a partir daí, obter uma montagem com outras falas, inclusive alterando os lábios para acompanhar as palavras que são ditas", explica.

Também há vídeos que alteram o rosto ou o corpo de uma pessoa e reconstróem o movimento dos lábios para manter o áudio original. "O objetivo dessas ações é prejudicar a imagem de figuras públicas ou obter ganhos financeiros enganando pessoas comuns", diz.

Disponível em: <https://estudio.folha.uol.com.br/unico/2022/10/entenda-o-que-e-deep-fake-e-saiba-como-se-proteger.shtml>. Acesso em: 09 de agosto de 2023.

Com base no texto apresentado e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema: o **uso da tecnologia de "Deep Fake" apresenta mais oportunidades ou riscos para a sociedade?**

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
